



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS¹

Elisabete Andrade², Helena Copetti Callai³.

¹ O trabalho apresentado aborda análises preliminares da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências/ UNIJUÍ – Doutorado

² Pedagoga, aluna no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências/Doutorado – UNIJUÍ/Ijuí/RS. Linha de pesquisa Currículo e Formação de Professores. elisabeteandrade15@yahoo.com.br

³ Professora Orientadora, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, UNIJUÍ/RS. copetti.callai@gmail.com

Introdução

Desde o curso de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia realizada na Faculdade Três de Maio - SETREM estudo sobre formação continuada de professores. Na dissertação de mestrado realizado na Unijuí, tive a oportunidade de aprofundar esta temática estudando a formação continuada de professores da Educação Infantil. Deste estudo, concluído no ano de 2006, a pergunta que as professoras que participaram da pesquisa fizeram, ainda permanece como questão importante: “Formação Continuada para que”? Esta pergunta é a base que fundamenta e movimenta o desenvolvimento do estudo em nível de doutorado.

A problematização centra-se em duas questões, a primeira refere-se a como o movimento de estudo permanente denominado “Formação Continuada” efetivamente pode vir a qualificar o/a docente, independentemente do nível de ensino em que atua? E a segunda centra-se no por que o processo formativo, compreendido como formação continuada de professores desenvolvido ao longo dos tempos, pode marcar os sujeitos professores/as, independentemente do nível de ensino em que atua, a ponto de desenvolverem-se profissionalmente a partir de bases mercadológicas, fortemente marcadas por uma racionalidade instrumental?

O estudo em andamento tem como objetivos investigar como os processos de formação continuada de professores/as são organizados, analisando as condições e possibilidades que levam a atual organização deste sistema formativo; identificar como o processo de formação continuada de professores/as está regulamentado em termos de legislação e políticas públicas; aprofundar o estudo desta terminologia, percebendo seus desdobramentos em termos teóricos-conceituais. Saliento que as análises consideram a realidade do Brasil e de Portugal.

Metodologia

Em termos procedimentais, em um primeiro momento, com base em pesquisa documental, busco na legislação brasileira, mais especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/ Lei 9394/96, no Plano Nacional de Educação 2011-2022, e ainda realizo pesquisa no site do Ministério da Educação/Brasil para identificar se além dos documentos já citados (LDB e PNE) ainda existe outro documento que normatize o processo de formação continuada no Brasil. Ainda,



SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUÍ 2013
Ciência • Saúde • Esporte



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

com base na pesquisa documental, investigo na legislação portuguesa, no documento intitulado Regime Jurídico de Formação Contínua e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Portuguesa – Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto qual o entendimento referente a este processo formativo.

A partir da pesquisa bibliográfica focada em autores que estudam esta temática, como Antônio Nóvoa, João Formosinho, Christopher Day, Francisco Imbernón, Carlos Marcelo Garcia, identifico como o conceito de formação continuada de professores/as vem sendo compreendido academicamente, e como estes conceitos se desdobram em outras e variadas categorias, como: formação permanente, reciclagem, formação em serviço, formação de profissional reflexivo, professor pesquisador, formação continuada, desenvolvimento profissional, que serão problematizadas neste estudo. A pesquisa documental e bibliográfica é entrelaçada a pesquisa de campo, centrada em entrevistas realizadas com professores/as que vêm estudando esta temática no Brasil e em Portugal.

Resultados e discussão

As análises preliminares da investigação iniciada em julho de 2012 mostram que o Ministério da educação/Portugal teve em 1992 a preocupação de regulamentar o processo de formação continuada de professores. Percebeu também a necessidade de revisão do regramento jurídico e criação de um órgão denominado Conselho Científico-Pedagógico de Formação-Contínua, este com a responsabilidade de normatizar, criar, avaliar, formalizar e legitimar o processo de formação continuada de professores.

As iniciativas do Ministério da Educação/Portugal no que diz respeito a formação continuada foram e são relevantes para a organização e a sistematização do processo formativo dos/as professores/as. Por outro lado, as entrevistas que vem sendo realizadas com docentes em Portugal, e também os contatos com os Diretores dos Centros de Formação de Professores estão mostrando limitações e fragilidades principalmente no que se refere aos sentidos de toda esta regulamentação. O que nos leva a constatar que o questionamento “para quê?” pode não ser privilégio dos docentes brasileiros. Já a regulamentação do processo de formação continuada expressa pela legislação do Brasil demonstra fragilidades em diversos aspectos. Um dos principais, segundo nossa análise, consiste no pouco esclarecimento sobre o que vem a constituir legalmente a formação continuada. Há uma abertura para diversas possibilidades formativas, estas consideradas e amparadas pelo Ministério da Educação. Porém, também leva a pensar que “tudo pode” e ao mesmo tempo “nada” está esclarecido e efetivamente legitimado.

Conclusões

Diante destas preliminares e breves considerações acerca da investigação das características atuais dos sistemas de formação continuada tanto no Brasil, quanto em Portugal, torna-se possível perceber que a normatização ou o regramento relacionado à formação continuada de professores é uma medida necessária para que o processo formativo seja melhor desenvolvido na prática da profissional, entretanto, tal mecanismo não se sustenta por si só, sendo necessário o efetivo envolvimento dos/as docentes na produção do conhecimento, disponibilizando suas contribuições





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XVIII Jornada de Pesquisa

pessoais e profissionais para êxito do processo educativo. Para isso, é necessário uma estrutura democrática que possibilitem e demandem as atividades fundadas nas experiências pessoais, cidadãs, políticas dos sujeitos que fazem parte deste sistema. Igualmente, o processo de formação continuada não pode ser visto do ponto de vista mercadológico, na espera e amarrado a políticas governamentais, mas desenvolvido com a finalidade de promover a melhoria do sistema de ensino e aprendizagem docente e discente.

Palavras-chave: Formação continuada; Desenvolvimento profissional, Docência; Sentido.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. Congresso Nacional. Lei 9394, de 20/12/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

DAY, Christopher. Desenvolvimento profissional de professores: os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora, 2001.

FORMOSINHO, João. Contributo para análise dos efeitos da formação contínua. In: Formação Contínua de Professores 1992-2007: contributos de investigação para uma apreciação retrospectiva. Conselho Científico pedagógico, Porto, 2011.

PORTUGAL, Ministério da educação. Regime Jurídico de Formação Contínua. Decreto – Lei nº 249, 1992.

_____, Ministério da educação. Regime Jurídico de Formação Contínua. Decreto-Lei nº 207, 1996.

GARCIA, Carlos Marcelo. Formação de Professores: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

IMBERNÓN, Francisco, Formação Continuada de Professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NÓVO, António. Professores: imagens do futuro presente. Educa: Lisboa, 2009.